

ESCURARÍAMOS NÓS UM CARVALHO OU UMA PEDRA, SE ELES DISESSEM A VERDADE?

Um desafio socrático

Este título conhece uma dívida, pertence a Platão, a uma passagem do *Fedro*, depois de Sócrates ter contado a história da invenção da escrita:

Fedro — *Que facilidade que tens, ó Sócrates, em inventar histórias egípcias, ou de qualquer outro país, como bem te aprouver.*

Sócrates — *Meu amigo, os sacerdotes do templo de Zeus em Dodona afirmaram que as primeiras palavras divinatórias saíram de um carvalho. Assim, as pessoas daquele tempo, que não eram tão sábias como vós, os jovens de hoje, contentavam-se na sua simplicidade em escutar a linguagem de um carvalho ou de uma pedra, desde que dissessem a verdade. Mas, para ti, o importante é saber quem fala e qual o seu país de origem: não te basta ver se ele diz, ou não, as coisas como elas são.*

(275 b-d)

Nós poderíamos acrescentar: mas, para ti, o importante é saber a edição, a cidade, o ano, conferir a bibliografia, as notas de rodapé, os CD-Rom sobre o assunto.

Passagem perturbante, juntamente com outras que, aliás, se lhe seguem, uma em que Sócrates faz o elogio da fertilidade da dialéctica, dos discursos escritos na alma, progenitores de uma raça de homens, que receberam por baptismo um nome ainda inseguro: filósofos. E outra, em que envia ao belo Isócrates palavras aladas.

Ver ou caminhar?

Antes de voltar às pedras e aos carvalhos, gostaria de falar daquela fertilidade, a que é inerente um prazer inconfundível com outro qualquer. Esse prazer deve ser da ordem daquele que é próprio de uma actividade, cujo fim lhe é interno e tem, por isso, a ver com um acordo, uma concordância, um ajustamento feliz entre aquilo que se está a fazer e o fim que se prossegue. Que espécie de actividade é essa?

Há uma grande diferença entre aprender, emagrecer, curar-se, edificar, caminhar, e ver, ajuizar, compreender, viver, ser feliz. Aristóteles estabelece-a na *Metafísica* 1048b 20-35, enquanto distingue as actividades que têm um limite (para o caminhar, por exemplo, trata-se de chegar a um determinado lugar) e que, por conseguinte, não são fins, mas estão subordinadas a fins, *i.e.*, não são acções ou, pelo menos, não são acções perfeitas, e as actividades que são acções perfeitas de cada vez, sempre levadas ao seu termo, como ver e viver. Segundo Aristóteles, pode afirmar-se que se vê e se viu, que se é feliz e se foi feliz; não é, porém, aceitável dizer que se aprende e se aprendeu, que se cura e se está curado, pois nestes processos há um momento em que, ao atingir-se o seu limite, eles cessam, *i.e.*, não se continua a cura tendo ficado curado, tendo aprendido já não se aprende, tendo chegado lá, já não se continua a caminhar.

A filosofia, o estudo de que Platão fala no *Fedro*, aparece-nos como uma actividade híbrida, uma vez que, a considerá-

-la como a forma mais elevada de contemplação, ela é sempre em acto, sempre cumprindo o seu fim, sendo fim, como se vive para viver, se vê para ver, se conhece para conhecer. E, no entanto, há alguma coisa nessa actividade, que é o filosofar, que tem alguma afinidade com caminhar, aprender, curar-se, no sentido em que, efectivamente, é mais pela indeterminação do lugar onde se quer chegar, mais pela impossibilidade de traçar um limite preciso do que pela clara realização da actividade enquanto fim, que aceitamos que filosofar seja como viver ou ser feliz. E isso vê-se no nome filosofia, amor, uma dedicação e um cuidar do que é justo, do que é bom e verdadeiro, da sabedoria, aparecendo o fim da filosofia aos olhos de Platão como nunca detido: o filósofo não é sábio, está dois pontos afastado da sabedoria. E mais, além disso, a sabedoria não é um fim a atingir inatingível, é uma actividade enquanto acção plenamente realizada e, a acreditar nas palavras de Platão, já foi realizada.

O prazer legítimo

Platão sabe que todo o discurso escrito, qualquer que seja o assunto versado, «comporta necessariamente uma grande parte de jogo». Ao advertir contra este prazer, que não pode ser evitado, e ao compará-lo com a suprema felicidade experimentada por aquele que, em vez de escrever, semeia na alma discursos indeléveis, capazes de se defender, Platão prepara a legitimidade de uma forma de discurso escrito que procura restituir a vida gerada na alma, em vista de conhecer a verdade de todas as coisas ditas e escritas, mostrando aquele que escreve, como é pouca coisa aquilo que escreve, esforçando-se por conceder assistência às letras, facilmente sujeitas à corrupção e à irrisão. Esse, que adverte contra o acto de escrever e os seus perigos, está, desde o início, porém, sujeito à conta-

minação daquela «parte de jogo», que lhe cabe por escrever, sendo que ela lhe cabe, neste caso, por escrever escritos que querem dizer a verdade. Para esses, talvez a palavra filósofo, ou outra do mesmo género, seja a melhor. A fidelidade ao carácter incerto deste nome atravessa o prazer de manter-se nessa actividade, que se desdobra como um estudar, um cuidar, um dedicar-se à verdade.

Mas também as operações, menos incertas, que proporcionam, que preenchem, até um certo ponto, essa dedicação, são razões de prazer. Platão fala da definição, da divisão sistemática até se encontrar o indivisível, poderíamos acrescentar o prazer em encontrar conexões, em descobrir similitudes, a essas operações ligadas, o prazer de argumentar, contradizendo, rejeitando, aceitando, no que se revela caber um controle do prazer, que é uma maneira de nos referirmos à assistência, que se espera que aquele que escreve preste àquilo que escreve, em nome daquilo sobre o qual escreve. Como um prazer suplementar, e intensificador dos outros, refira-se o prazer de descobrir e regular as condições de encontrar conexões, de reconhecer similitudes, de argumentar, de reduzir, de concluir, prazer que em Platão provém da aplicação do método da divisão à natureza da alma.

O prazer paradoxal

Se, como Sócrates diz no *Crátilo*, «até os deuses gostam de se divertir», o mesmo já não se passa no que respeita ao sofrimento de estar vivo, uma coisa que os homens conhecem muito bem e que os deuses não sabem o que é. Os deuses gregos são imortais (em certa medida e em certo grau, uma vez que também os deuses são arrancados à aparência ou dela rejeitados), pois não têm de se alimentar, não têm de matar para sobreviver, embora matem. Todos os outros, que estão em

vida e desejam viver, têm de matar para se manterem vivos, e isso é motivo de horror, náusea, desprezo, aos olhos dos deuses. É do facto de os homens, para se manterem em vida, terem de matar, o que implica terem de se alimentar de carne morta, que provém o horror que os deuses sentem em relação aos homens. Talvez esta parte de horror ou esta fonte de horror, projectada na descoberta que o homem faz da sua própria vida, contribua para a determinação do fim próprio da filosofia, ou melhor, das particularidades próprias da actividade da filosofia, a que o prazer, embora seja decisivo, não pode corresponder inteiramente.

Há uma parte da filosofia ou do filosofar que não pode ser reduzida ou equiparada ao prazer da filosofia, prazer que, aliás, é reconhecível em qualquer escola ou sistema filosófico, prazer ele mesmo declarado e justificado, qualquer que seja o ponto de vista que lhe subjaz, desde Platão, embora tenha conhecido neste a sua expressão problemática inaugural e irrepetível. Por outro lado, acentuando agora essa expressão problemática, se essa parte não se reduz ao prazer, concorre paradoxalmente para ele. Essa parte reporta-se àquilo a que chamaria uma experiência de não nos podermos desembaraçar daquilo que nos pertence, ou de outra maneira, de não podermos deixar de obedecer a uma evidência, que retorna sem cessar à nossa frente, como aquela que é própria da inquietação qualificada de estar vivo, por estar vivo deste e daquele modo, assim, *so*, como diria Wittgenstein, ao comentar *O Ramo Dourado* de Frazer. Exemplificando, a evidência de poder voltar a nascer ou ter nascido sob a forma deste ou daquele animal. Ou, dito ainda de outra maneira, não poder deixar de seguir aquilo que nos atormenta, lembrando um exemplo igualmente poderoso: no início de *Os Cavaleiros* de Aristófanes, um dos Servidores justifica a sua crença nos deuses, por ter sido perseguido por eles. Trata-se de uma excelente razão para acreditar nos deuses, e Kierkegaard foi o primeiro a lembrá-la.